

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ANDRÉ PEDREIRA IBAÑEZ

**PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS
DE PORTE REDUZIDO: CONTEÚDO NORMATIVO E EFICÁCIA**

**PORTO ALEGRE
2017**

ANDRÉ PEDREIRA IBAÑEZ

**PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS
DE PORTE REDUZIDO: CONTEÚDO NORMATIVO E EFICÁCIA**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS — como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Silveira Difini

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Ibañez, André
PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS
DE PORTE REDUZIDO: CONTEÚDO NORMATIVO E EFICÁCIA /
André Ibañez. -- 2017.
163 f.

Orientador: Luiz Felipe Difini.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-
Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Direito Tributário. 2. Microempresa. 3.
Empresa de Pequeno Porte. 4. Igualdade. 5. Livre
Iniciativa. I. Difini, Luiz Felipe, orient. II.
Título.

ANDRÉ PEDREIRA IBÁÑEZ

**PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS
DE PORTE REDUZIDO: CONTEÚDO NORMATIVO E EFICÁCIA**

Tese de Doutorado apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Direito
da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul — UFRGS — como requisito
parcial para a obtenção do título de
Doutor em Direito

Ata n. 07/2017

Aprovada em 17 de agosto de 2017

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Silveira Difini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Igor Danilevicz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Luis Alberto Reichelt
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof. Dr. Éderson Garin Porto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

A Andréia e Henrique, pelo amor que nos une.
A meus pais, por tudo que fizeram e ainda fazem por mim.
A meus falecidos avós, pelo legado de honestidade, ética
e dedicação ao trabalho que me foi transmitido.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente devo agradecer a Deus pela sua infinita bondade e por guiar os meus passos para vencer desafios que eu jamais imaginara poder enfrentar.

Agradeço ao Professor Doutor Luiz Felipe Silveira Difini, meu orientador nos cursos de Mestrado e Doutorado, e quem abriu verdadeiros portões para meu desenvolvimento na seara acadêmica.

Agradeço também à minha esposa Andréia e a meu filho Henrique, que abriram mão de férias e de muitos momentos de lazer em prol do desenvolvimento da tese. Sem eles esse trabalho teria permanecido apenas como um projeto.

Devo agradecer também a meus pais, que, com seu constante incentivo, contribuíram decisivamente para a conclusão do trabalho.

Agradeço ainda aos Professores Doutores Luis Alberto Reichelt, Igor Danilevich e Andrei Pitten Velloso que participaram da banca de qualificação da tese e, de forma muito solidária, contribuíram decisivamente para o aprimoramento do trabalho.

Por fim, agradeço aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito que sempre dedicaram os maiores esforços para me ajudar ao longo do Doutorado, agradecendo de forma muito especial pelo constante auxílio da Rose, da Denise e da Ana Carolina.

O mundo jurídico é criação abstrata do cérebro humano. As leis são regras de conduta para impor um determinismo artificial nas relações entre os homens. A lei é mecanismo ortopédico. Entretanto, as leis que são fabricadas (por má-fé ou ignorância), em lugar de restituírem o sorriso ao rosto ou devolverem o caminhar às pernas, provocam o esgar da dor e fixam grilhões. As leis, a hermenêutica jurídica, os acórdãos, tudo no mundo jurídico é abstrato e artificial, salvo os efeitos: a dor e a perda da liberdade.

Alfredo Augusto Becker
(Carnaval Tributário. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 34)

RESUMO

A presente tese visa a construir um princípio cujo conteúdo normativo e eficácia viabilizem a concretização, de forma ótima, das finalidades idealizadas na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte, reunidas na expressão “empresas de porte reduzido”. A partir da relevância que essas empresas detêm ao redor do mundo destaca-se o caso do Brasil, em que há dois princípios constitucionais positivados (inciso IX do art. 170 e art. 179) que lhes atribuem um tratamento diferenciado e favorecido, de modo a incentivá-las. Todavia, os referidos princípios, isoladamente considerados, não têm o condão de transmitir todo o conteúdo normativo necessário para otimizar o atendimento às finalidades constitucionais, a partir de uma perspectiva tributária. Como decorrência mostra-se necessária a construção de uma norma jurídica, até então não vislumbrada pela doutrina, a qual contemple a mais ampla extensão da proteção às empresas de porte reduzido. A partir disso, e interpretando os referidos dispositivos constitucionais, é construída a norma com natureza de princípio, chamada de princípio da atenuação tributária das empresas de porte reduzido. Em relação ao conteúdo normativo desse princípio é defendido o seu caráter bidimensional, de modo a produzir efeitos não apenas perante a empresa como contribuinte (primeira dimensão), mas também perante seus titulares, sócios e administradores como responsáveis tributários (segunda dimensão). Com isso o princípio em tela acaba por ter eficácia também em duas dimensões, atingindo a relação da Fazenda Pública com o contribuinte e também com os terceiros responsáveis tributários. Como consequência, em sua primeira dimensão o princípio pode produzir uma redução da carga tributária das empresas de porte reduzido, e reduzir a quantidade e complexidade das obrigações tributárias acessórias que lhe são impostas, devendo a concretização desse desiderato se dar por lei complementar (art. 146 da CF/88). Além disso, não pode o Poder Legislativo elaborar norma que atribua carga tributária maior para as empresas de porte reduzido, em comparação com as demais empresas; ou obrigações tributárias acessórias em quantidade e complexidade maior para as empresas de porte reduzido, em comparação com as demais empresas. No que concerne à segunda dimensão o princípio em questão impõe limites ao Poder Legislativo para que não elabore normas de responsabilidade tributária de terceiros mais gravosas do que as normas gerais do Código Tributário Nacional. Além disso, fica o Poder Legislativo também impedido de elaborar normas de responsabilidade tributária de terceiros baseadas em presunções, em função do excessivo ônus imposto aos micro e pequenos empreendedores para afastamento do fato presumido. Ainda, o princípio em questão impõe limites ao Poder Judiciário, que não pode aplicar normas de responsabilidade tributária mais gravosas do que aquelas fixadas no CTN. E, por fim, o princípio em tela também impede que o Poder Judiciário atribua responsabilidade tributária a titulares, sócios e administradores de empresas de porte reduzido com base em presunções, enfatizando-se a inaplicabilidade da Súmula nº 435 do STJ.

Palavras-chave: Microempresa – Empresa de Pequeno Porte – Empresa de Porte Reduzido – Microempreendedor – Pequeno Empreendedor – Tratamento Favorecido – Princípio – Conteúdo Normativo - Eficácia

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to develop a principle which normative content and effectiveness make it possible to optimally achieve the goals envisaged in the Federal Constitution of 1988, in the case of micro-enterprises and small enterprises, named as “small size enterprises”. From the relevance of these companies around the world stands out in the case of Brazil, in which there are two written constitutional principles (section IX of article 170 and article 179) that give those companies a differentiated and favored treatment, in order to incite them. However, these principles, considered separately, do not have the power to transmit all the normative content that is necessary to optimize the attention for the constitutional purposes, from a tax perspective. As a result, it is necessary to develop a legal norm, hitherto not envisaged by the doctrine, which contemplates the broadest scope of protection for small size enterprises. From this, and interpreting the mentioned constitutional provisions, the norm is developed with the normative nature of principle, named as principle of tax relief for small size enterprises. With regard to the normative content of this principle, its two-dimensional nature is defended, so as to produce effects not only on the company as a taxpayer (first dimension), but also on its owners, partners and administrators as tax responsables (second dimension). With this, the principle on the screen turns out to be effective also in two dimensions, reaching the relation of the Public Treasury with the taxpayer and also with the third party tax responsible. As a consequence, in its first dimension the principle can produce a reduction in the tax burden of small companies, and reduce the quantity and complexity of ancillary tax obligations imposed on it, considering that the accomplishment of this goal should be given by a complementary statute (article 146 of the Constitution). In addition, the Legislative Branch cannot elaborate a norm that assigns a higher tax burden to small companies compared to other companies; or ancillary tax obligations in a larger quantity and complexity for smaller companies compared to other companies. With regard to the second dimension, the principle in question imposes limits on the Legislature so that it does not elaborate norms of third-party tax liability that are more burdensome than the general rules of the National Tax Code. In addition, the Legislature is also prevented from elaborating norms of third-party tax liability based on presumptions, due to the excessive burden imposed on micro and small entrepreneurs to move away from the presumed facts. Moreover, the principle in question imposes limits on the Judiciary, which cannot apply tax liability rules that are more burdensome than those established in the National Tax Code. Finally, the mentioned principle also prevents the Judiciary from assigning tax liability to holders of smaller companies, members and managers based on presumptions, emphasizing the inapplicability of Superior Court Order 435.

Keywords: Micro Enterprise - Small Enterprise – Small Size Enterprise – Micro Entrepreneur - Small Entrepreneur - Favored Treatment - Principle - Normative Content - Effectiveness

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. – Artigo

Arts. – Artigos

BEPS – *Base Erosion Profit Shifting*

CADIN – Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC – Emenda Constitucional

EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

ENMEPP – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, Ainda que as Operações e as Prestações se Iniciem no Exterior

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITBI – Imposto sobre a Transmissão "inter vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição

ITCD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MEI – Microempreendedor Individual

MIPyMEs – *Micro, Pequeña y Mediana Empresas*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIS – Programa de Integração Social

PME - Micro, Pequenas e Médias Empresas

SBA – *US Small Business Administration*

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SMEs – *Small and Medium Enterprises*

SEMPE – Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE 1 EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO: RELEVÂNCIA, TRATAMENTO CONSTITUCIONAL NO BRASIL E NORMA DE ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	18
1 RELEVÂNCIA DAS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO.....	18
1.1 TRATAMENTO NO PLANO INFRACONSTITUCIONAL.....	20
1.1.1 Argentina.....	21
1.1.2 Espanha.....	22
1.1.3 Grã-Bretanha.....	23
1.1.4 Estados Unidos da América.....	24
1.2 TRATAMENTO NO PLANO CONSTITUCIONAL.....	25
1.2.1 Portugal.....	25
1.2.2 Peru.....	28
1.3 TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DADO ÀS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO NO BRASIL.....	29
1.3.1 Representatividade das Empresas de Porte Reduzido no Brasil.....	33
1.3.2 Os Princípios Constitucionais Atinentes às Empresas de Porte Reduzido.....	36
2 A NORMA DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO.....	40
2.1 FINALIDADES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	41
2.1.1 Finalidade Principal.....	42
2.1.2 Finalidades Secundárias.....	43
2.2 FUNÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR.....	44
2.2.1 Conceito Legal de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte.....	46
2.2.1.1 Formas de Exercício de Atividade Econômica.....	50
2.2.1.1.1 Exercício de Atividade Econômica como Pessoa Física.....	51
2.2.1.1.2 Exercício de Atividade Econômica como Pessoa Jurídica.....	52
2.2.2 Regime Tributário Unificado e Simplificado.....	60
2.3 CONSTRUÇÃO DA NORMA.....	64
2.3.1 Igualdade.....	69
2.3.2 Livre Iniciativa.....	72
2.4 NATUREZA DE PRINCÍPIO.....	73
PARTE 2 CONTEÚDO NORMATIVO E EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO	74
1 CONTEÚDO NORMATIVO DO PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO.....	74
1.1 PRIMEIRA DIMENSÃO: RELAÇÃO DO CONTRIBUINTE COM A FAZENDA PÚBLICA.....	74
1.1.1 Empresa de Porte Reduzido como Contribuinte e como Sujeito Passivo de Obrigações Acessórias.....	75

1.1.2 Capacidade Contributiva como Critério Diferenciador.....	76
1.2 SEGUNDA DIMENSÃO: RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS COM A FAZENDA PÚBLICA.....	81
1.2.1 Titular, Sócio e Administrador da Empresa de Porte Reduzido como Responsáveis Tributários.....	83
1.2.2 Capacidade Técnico-Tributária como Critério Diferenciador.....	85
1.2.3 O Endividamento dos Titulares, Sócios e Administradores: Desestímulo à Constituição de Empresas de Porte Reduzido.....	95
1.2.3.1 Perda da Autonomia Patrimonial.....	97
1.2.3.2. Protesto da Certidão de Dívida Ativa.....	97
1.2.3.3 Inscrição nos Cadastros Restritivos.....	98
 2 EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS EMPRESAS DE PORTE REDUZIDO.....	 101
2.1 EFICÁCIA EM SUA PRIMEIRA DIMENSÃO.....	101
2.2 EFICÁCIA EM SUA SEGUNDA DIMENSÃO.....	102
2.2.1 A Adequada Interpretação das Regras Gerais de Responsabilidade Tributária.....	103
2.2.1.1 Regras Gerais de Responsabilidade Tributária dos Sócios de Pessoas Jurídicas.....	104
2.2.1.1.1 Relação de Dependência entre Contribuinte e Responsável: Hipóteses dos Incisos I a VI do Artigo 134 do Código Tributário Nacional.....	106
2.2.1.1.2 Relação de Dependência entre Contribuinte e Responsável: Hipótese do Inciso VII do Artigo 134 do Código Tributário Nacional.....	110
2.2.1.1.3 Responsável que Provoca o Nascimento de Obrigação Tributária Principal de Pagar Tributo à Revelia do Contribuinte: Hipótese do Artigo 135 do Código Tributário Nacional.....	115
2.2.1.2 Regras de Responsabilidade Tributária dos Titulares, Sócios e Administradores de Empresas de Porte Reduzido.....	119
2.2.2 Imposição de Limites ao Poder Legislativo.....	125
2.2.2.1 Vedação de Elaboração de Normas de Responsabilidade Tributária de Terceiros Mais Gravosas do que as Normas Gerais do Código Tributário Nacional.....	125
2.2.2.2 Vedação de Elaboração de Normas de Responsabilidade Tributária de Terceiros Baseadas em Presunções.....	132
2.2.3 Imposição de Limites ao Poder Judiciário.....	134
2.2.3.1 Afastamento das Regras de Responsabilidade Tributária do ENMEPP de Modo a Privilegiar as Normas Gerais de Responsabilidade Tributária do Código Tributário Nacional.....	134
2.2.3.2 Inaplicabilidade da Súmula nº 435 do Superior Tribunal de Justiça.....	135
 CONCLUSÕES.....	 150
 REFERÊNCIAS.....	 155

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Larry; SHERWIN, Emily. *Desmystifying legal reasoning*. New York: Cambridge University Press, 2008.

ALONSO GONZÁLEZ, Luis Manuel. *La simplificación de la tributación de las empresas en España*. *Cronica Tributaria*. Num. 124/2007 (9-55). Disponível em: <http://www.economistas.es/contenido/REAF/gestor/124_Alonso.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ASQUINI, Alberto. *Perfis da empresa*. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo, rev. dos tribunais, 1996. v. 104.

Ata da 8ª Reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, realizada em 1º de junho de 1987.

Disponível em:
http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp
Acesso em: 23/10/2016 às 12h16min

Ata da 5ª Reunião Ordinária de Instalação da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, realizada em 27 de abril de 1987. D

Disponível em:
http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp
Acesso em: 23/10/2016 às 12h30min

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Sistema constitucional tributário, de acordo com a emenda constitucional n. 53, de 19-12-2006*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Teoria da Igualdade Tributária*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Direitos fundamentais dos contribuintes e os obstáculos à sua efetivação*. *Direito tributário em questão Revista da FESDT*, Porto Alegre, n.1, (jan. 2008).

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES.

Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Historia/ Acesso em: 09/09/2016.

Bank Financing for SMEs around the World: Drivers, Obstacles, Business Models, and Lending Practices. Estudo realizado pelo Banco Mundial realizado no ano de 2008. Disponível em:

< <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6315>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BAPTISTA, Renata Ribeiro. *Capacidade Contributiva e Progressividade Tributária*. Revista de Direito do Estado, v. 10, Rio de Janeiro: Renovar, abr-jun. 2008.

BARBI FILHO, Celso. *Apontamentos sobre a teoria 'ultra vires' no direito societário brasileiro*. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 305, p. 23-28, jan. 1989, p. 24.

BARROSO, Luís Roberto. *Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana: uma agenda para os próximos dez anos*. In: Direito Tributário Estudos em Homenagem a Edvaldo Brito. São Paulo: Atlas, 2014.

BAUM, Adler. *Aporias sobre o sócio irresponsável e a irresponsabilidade do sócio em matéria tributária*. Repertório de jurisprudência IOB: tributário, constitucional e administrativo, São Paulo: IOB Thomson, v. 1, n. 18, 1/26929, p. 617-614, set. 2009.

BECHO, Renato Lopes. *Responsabilidade tributária de terceiros - O art. 135 do CTN*. Revista Dialética de Direito Tributário RDDT, São Paulo, n. 197, p. 127-137, fev. 2012.

_____. *A responsabilidade tributária de terceiros na jurisprudência como indicativo para a necessidade de revisão da súmula 435 do STJ*. Revista Dialética de Direito Tributário: RDDT, São Paulo, n.213, p. 127-139, jun. 2013.

_____. *Responsabilidade tributária de terceiros: CTN, arts. 134 e 135*. São Paulo: Saraiva, 2014.

BECHO, Renato Lopes. *A responsabilidade dos sócios nas sociedades cooperativas*. Revista Dialética de Direito Tributário: RDDT, São Paulo, n.147, p.97-103, dez. 2007.

BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria Geral do Direito Tributário*. 3ª ed., São Paulo: Lejus, 1998.

BRITO, Cristiano Gomes de. *A penhora de quotas da sociedade limitada. A harmonia entre os arts. 1.026 do CC/2002 e 655, VI, do CPC*. Revista de Processo, São Paulo, v.34, n.171, p. 49-65, maio 2009.

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Curso de teoria geral do direito: o construtivismo lógico-semântico*. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHOSA, Modesto Souza Barros. *Comentários ao Código Civil: v.13 (arts. 1052 a 1195)*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHADWICK, Diane. *Small Business, Enterprise and Employment Act 2015 – corporate aspects*. Artigo originalmente publicado em 12 de agosto de 2015 e atualizado em 25 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.olswang.com/articles/2015/08/ocq-summer-2015-small-business-enterprise-and-employment-act-2015-corporate-aspects/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

COSTA, Alcides Jorge. *Capacidade Contributiva*. Revista de Direito Tributário, vol. 55, São Paulo: Malheiros, 1991, jan-mar. 1991.

FERRAGUT, Maria Rita. *Responsabilidade tributária e o Código Civil de 2002*. 3. ed. São Paulo: Noeses, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

FRANCO, Vera Helena de Mello. *As sociedades de pessoas na atualidade. Uma visão comparativa crítica*. Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v.50, n.157, p. 93-111, jan./mar. 2011.

GAMA, Tácio Lacerda. *Obrigações e crédito tributário - anotações à margem da teoria de Paulo de Barros Carvalho*. Revista Tributária e de Finanças Públicas. São Paulo, rev. dos tribunais, 2003. v. 50.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. *A empresa individual de responsabilidade limitada*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 101, n. 915, p. 153-180, jan. 2012.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. *Justiça fiscal e mínimo existencial*. In: PIRES, Adilson Rodrigues; TÔRRES, Heleno Taveira (org.). *Princípios de direito financeiro e tributário: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres*, Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 99-114.

GUASTINI, Ricardo. *L'interpretazione dei documenti normativi*. Milano, Giuffrè, 2004.

Guia do utilizador relativo à definição de PME. Guia – sem pretensão normativa – voltado a explicar todos os detalhes atinentes ao enquadramento de atividades econômicas no conceito de micro, pequenas e médias empresas, extraído da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 06/05/2003. Disponível em:

<<http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/15582/attachments/1/translations?locale=pt>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

HARADA, Kiyoshi. *Supersimples - lei complementar nº 123/2006*. Revista de estudos tributários Porto Alegre, n.63, (set./out. 2008) p. 7-12, p. 7.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 1991.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito*. 2. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2002.

LIMA, Clarissa Costa de; MARQUES, Claudia Lima. *Nota sobre os atos normativos dos tribunais estaduais que possuem programas de atendimentos aos consumidores superendividados*. Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v.24, n.98, p. 269-285, mar./abr. 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. *Crimes contra a ordem tributária*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. *Responsabilidade tributaria dos sócios-gerentes nas sociedades limitadas*. Repertório Iob de Jurisprudência. São Paulo, 2000. 1/15319.

MACCORMICK, Neil. *Rethoric and the rule of law: a theory of legal reasoning*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

MARINS, James. *Defesa e vulnerabilidade do contribuinte*. São Paulo: Dialética, 2009.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Responsabilidade tributária à luz do artigo 135 do CTN*. In: SCHOUERI, Luís Eduardo; MURILLO, Fernando Aurelio Zilveti Arce (coord.). *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo : Dialética, 1998. p. 48-59.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do principio da igualdade*. 2. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1984.

MENDONÇA, Saulo Bichara. *Do comedimento à ineficácia do plano especial de recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte*. Revista de Direito Empresarial, Belo Horizonte, v.11, n.2, p. 225-236, maio/ago. 2014.

MOSCHETTI, Francesco. *Il principio della capacità contributiva*. Padova: Cedam, 1973.

NABAIS, José Casalta. *Direito fiscal*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. *Por um estado fiscal suportável: estudos de direito fiscal*. – v. V. 4, 2015.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. *Aspectos jurídicos do princípio da capacidade contributiva*. Revista de Direito da Procuradoria Geral, vol. 39, Rio de Janeiro, p. 168, 1987.

PACHECO, José da Silva. *Da microempresa e da empresa de pequeno porte, em face do novo código civil e de mais leis pertinentes*. Adv Advocacia Dinâmica: Boletim Informativo Semanal. 2004. n. 21.

PALAO TABOADA, Carlos. *Apogeo y crisis del principio de capacidad contributiva*. In: Estudios jurídicos en homenaje al profesor Federico de Castro. Madrid, Tecnos, 1976, tomo II.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. *Impostos federais, estaduais e municipais*. 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

PAULSEN, Leandro. *Capacidade colaborativa. Princípio de Direito Tributário para obrigações acessórias e de terceiros*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PAULSEN, Leandro; VELLOSO, Andrei Pitten. *Contribuições: teoria geral, contribuições em espécie*. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2010.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. *Dissolução e liquidação de sociedades: dissolução parcial: S/As, Ltdas, sociedades mercantis, sociedades civis cooperativas, liquidação amigável e judicial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v.1.

RODRIGUES, Marilene Talarico Martins. *A Responsabilidade Tributária e a Aplicação do art. 135, III, do CTN*. In: Direito Tributário Estudos em Homenagem a Edvaldo Brito. São Paulo: Atlas, 2014.

SALDANHA SANCHES, J. L. *Justiça fiscal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe. *Sociedade em conta de participação*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

SILVEIRA, Newton. *Sociedades de pessoas. gerencia e firma*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo, maio, 2001. n.123.

SPINELLI, Luis Felipe, TELLECHEA, Rodrigo, SCALZILLI, João Pedro. *Recuperação Extrajudicial de Empresas*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

SCHAUER, Frederick. *Thinking like a lawyer: a new introduction to legal reasoning*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Direito tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Mateus Calicchio. *A persona e o direito: entre a realidade e a ficção das pessoas jurídicas*. Revista Direito Tributário Atual, São Paulo, n.30, p. 251-273, jan. 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. Departamento de Registro Empresarial e Integração. Relatório Estatístico Mensal – Nacional. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/assuntos/estatisticas/2022-relatorio-estatistico-mensal-nacional> Acesso em: 16/08/2016 às 16h30min.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2015. / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas].

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE.

Disponível em:

http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quem_somos Acesso em: 26/08/2016, às 21h.

SILVA, Anderson Furlan Freire da. *A LC nº 123/2006 e a responsabilidade tributária*. Revista Dialética de Direito Tributário: RDDT, São Paulo, v.140, p. 7-13, maio. 2007.

SOUZA, James José Marins de; BERTOLDI, Marcelo Marco. *Simples nacional: estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte comentado: LC 123, de 14.12.2006, LC 127, de 14.08.2007*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 21.586/RS, Segunda Turma, Relator: Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, julgado em 05 de outubro de 1994. DJ, Brasília (DF), 24 out. 1994.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 738.502/SC, Primeira Turma, Relator: Ministro Luiz Fux, julgado em 18 de outubro de 2005. DJ, Brasília (DF), 14 nov. 2005.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 728.461/SP, Primeira Turma, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06 de dezembro de 2005. DJ, Brasília (DF), 19 dez. 2005.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 944.872/RS, Primeira Turma, Relator: Ministro Francisco Falcão, julgado em 04 de setembro de 2007. DJ, Brasília (DF), 08 out. 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 716.412/PR, Primeira Seção, Relator: Ministro Herman Benjamin, julgado em 12 de setembro de 2007. DJe, Brasília (DF), 22 set. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.017.732/RS, Segunda Turma, Relatora: Ministra Eliana Calmon, julgado em 25 de março de 2008. DJe, Brasília (DF), 07 abr. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 980.150/SP, Segunda Turma, Relator: Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz Convocado do TRF da 1ª Região), julgado em 22 de abril de 2008. DJe, Brasília (DF), 12 mai. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 953.956/PR, Segunda Turma, Relator: Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 12 de agosto de 2008. DJe, Brasília (DF), 26 ago. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 852.437/RS, Primeira Seção, Relator: Ministro Castro Meira, julgado em 22 de outubro de 2008. DJe, Brasília (DF), 03 nov. 2008.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.117.121/SP, Primeira Seção, Relatora: Ministra Eliana Calmon, julgado em 14 de outubro de 2009. DJe, Brasília (DF), 29 out. 2009.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.023.213/SC, Primeira Turma, Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 24 de novembro de 2009. DJe, Brasília (DF), 02 dez. 2009.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1.247.879/PR, Primeira Turma, Relator: Ministro Benedito Gonçalves, julgado em 18 de fevereiro de 2010. DJe, Brasília (DF), 25 fev. 2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 31.859/GO, Segunda Turma. Relator: Ministro Herman Benjamin, julgado em 08 de junho de 2010. DJe, Brasília (DF), 01 jul. 2010.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.120.673/PR, Primeira Turma, Relator: Ministro Luiz Fux, julgado em 16 de dezembro de 2010. DJe, Brasília (DF), 21 fev. 2011.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.060.210/SC, Primeira Seção. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 28 de novembro de 2011. DJe, Brasília (DF), 05 mar. 2013.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.126.515/PR, Segunda Turma, Relator: Ministro Herman Benjamin, julgado em 03 de dezembro de 2013. DJe, Brasília (DF), 16 dez. 2013.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no ARESP nº 504.349/RS, Segunda Turma. Relator: Ministro Humberto Martins, julgado em 03 de junho de 2014. DJe, Brasília (DF), 13 jun. 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.419.104/SP, Primeira Seção. Relator: Ministro Og Fernandes, julgado em 26 de novembro de 2014. DJe, Brasília (DF), 12 dez. 2014.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.230.981/RJ, Terceira Turma, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, julgado em 16 de dezembro de 2014. DJe, Brasília (DF), 05 fev. 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 396.258/RS, Primeira Turma. Relatora: Ministra Assusete Magalhães, julgado em 25 de agosto de 2015. DJe, Brasília (DF), 04 set. 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.515.421/SP, Segunda Turma. Relator: Ministro Humberto Martins, julgado em 15 de dezembro de 2015. DJe, Brasília (DF), 02 fev. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.596.379/PR, Segunda Turma, Relatora: Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), julgado em 07/06/2016, DJe 14 jun. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial nº 1.591.419/DF, Primeira Turma. Relator: Ministro Gurgel de Faria, julgado em 20 de setembro de 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso Extraordinário nº 565.089 RG, Tribunal Pleno. Relator: Ministro Marco Aurélio, julgado em 13 de dezembro de 2007. DJe, Brasília (DF), 31 jan. 2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Tribunal Pleno. Recurso Extraordinário nº 377.457/PR. Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgado em 17 de setembro de 2008. DJ, Brasília (DF), 18 dez. 2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso Extraordinário nº 562.276, Tribunal Pleno. Relatora: Ministra Ellen Gracie, julgado em 03 de novembro de 2010. DJe, Brasília (DF), 09 fev. 2011.

TIPKE, Klaus, LANG, Joachim. *Direito tributário*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

TIPKE, Klaus. *Moral tributária do Estado e dos contribuintes*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2012.

TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: v.1, teoria geral e direito societário*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VELLOSO, Andrei Pitten. *Responsabilização tributária pela extinção regular da empresa (LC 147/2014)*. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/responsabilizacao-tributaria-pela-extincao-regular-da-empresa--lc-1472014/15186>>. Acesso em: 13 fev. 2017.